

## 2 Nota teórico-metodológica

Teórico-metodologicamente, o presente estudo encontra-se apoiado sobre algumas frentes. A primeira diz respeito ao local de fala. Considerando que existem duas memórias, uma oficial hegemônica, propagada a partir dos centros de poder e outra coletiva dos/as “de baixo” na pirâmide social, dos/as oprimidos/as e de saberes historicamente subalternos, o/a intelectual deve ser crítico/a sobre o lugar de sua fala. “*Walter D. Mignolo subrayó que formas de análisis y del habla están siempre influenciadas por la posición particular de los analistas en las estructuras de poder, y que los modos de conocer y percibir el mundo están siempre situados*” (NDLOVU-GATSHENI, 2014).

Um dos elementos fundamentais da filosofia da libertação de Dussel (2005) é a “aproximação” com o/a Outro/a “em seu espaço e tempo, na experiência cotidiana e na história” (SCHERER-WARREN, 2009). Isso significa que o/a pesquisador/a deve se abrir para as experiências do/a Outro/a, mas não apenas como observador/a, mas como “parceiro de uma prática e de uma utopia de transformação em direção à uma sociedade mais justa social e culturalmente” (SCHERER-WARREN, 2009).

Rivera Cusicanqui (1990) é uma socióloga boliviana que proclama o potencial epistemológico da história oral, sendo possível produzir conhecimento “crítico”, relacionado a uma sociologia participativa como um processo de descolonização intelectual. Em suma, a sociologia participativa consistia em produzir um conhecimento compartilhado entre o/a pesquisador/a e os/as sujeitos/as estudados/as (tidos/as como subalternos/as nesta relação): este conhecimento estaria direcionando a ambos/as, contribuindo, portanto para um processo libertador e descolonizador (MIGNOLO, 2002).

O método da história oral conforma, nesse contexto, uma síntese dialética composta por sujeitos/as que refletem juntos/as e ativamente sobre determinado fenômeno, subvertendo a lógica intuitivamente aceita sobre a existência de dois

pólos na pesquisa social: o/a sujeito/a observador/a e o objeto passivo. Corresponde à segunda égide sobre a qual nos apoiamos.

*La historia oral en este contexto es, por eso, mucho más que una metodología “participativa” o de “acción” es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor. Si en este proceso se conjugan esfuerzos de interacción consciente entre distintos sectores, y si la base del ejercicio es el mutuo reconocimiento y la honestidad en cuanto al lugar que se ocupa en la “cadena colonial”, los resultados serán tanto más ricos [...] Por ello, al recuperar el estatuto cognoscitivo de la experiencia humana, el proceso de sistematización asume la forma de una síntesis dialéctica entre dos (o más) polos activos de reflexión y conceptualización, ya no entre un “ego cognoscente” y un “otro pasivo”, sino entre dos sujetos que reflexionan juntos sobre su experiencia y sobre la visión que cada uno tiene del otro (RIVERA CUSICANQUI,1990).*

Por isso, enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista foi considerada como a mais adequada para a “obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito” do fenômeno a ser estudado (SELLTIZ et al., 1967: 273 apud GIL, 2012:109).

Para a construção da dissertação, realizei seis entrevistas com pessoas ativamente envolvidas com os movimentos sociais de imigrantes em São Paulo. As entrevistas foram realizadas em duas etapas. A primeira, a exploratória, consistiu em conversas informais com quatro dos/as seis ativistas entrevistados/as; durante esta etapa foi possível realizar uma primeira aproximação com o objeto de estudo, o que contribuiu para a posterior delimitação do mesmo. A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com outras duas pessoas, também submergidas à luta dos/as imigrantes. Porém, nesta etapa, foi dada ênfase ao caso boliviano <sup>1</sup>. As entrevistas foram utilizadas como ferramenta empírica de sustentação das suposições levantadas neste trabalho. Também correspondem à exposição, ainda que por mim intermediada, da expressão e voz dos/as imigrantes, sobre suas trajetórias, dificuldades, descontentamentos e conquistas na cidade de São Paulo.

Dentre algumas das principais contribuições dos/as entrevistados/as estão aquelas voltadas para o detalhamento e descrição das organizações, bem como as interações entre elas. Possuem objetivos semelhantes, o que demonstra a solidariedade em suas interações, mas são diversas, e essa diversidade exige

---

<sup>1</sup> O questionário, bem como o perfil dos/as entrevistados/as, encontra-se no Apêndice 8.1.

permanente diálogo e negociação de estratégias. Encontram-se organizadas como ONG's (conformadas a partir da sociedade civil ou da atuação da igreja católica), pontos de cultura, associações ou como movimentos sociais autônomos.

A cartografia social, nossa segunda frente metodológica, dá ênfase ao lugar e sua interação com relações sociais, políticas e econômicas dos/as imigrantes bolivianos/as, desde a Bolívia até São Paulo. Esta técnica metodológica será analisada mais a fundo adiante, por isso dispensa maiores detalhes neste momento.

Enquanto teoria e quadro de referência utilizar-se-á a teoria crítica do campo das relações internacionais (COX, 1999; GILL, 1993; RUPERT, 2002). Para estes/as autores/a, que estão preocupados/as com a mudança, a teoria deve ter função além de mero instrumento de observação da realidade social. Ela deve, acima de tudo, trabalhar para a transformação de tal realidade, ser uma ação em si mesma e contribuir no campo do conhecimento para não só cunhar o debate acadêmico diante das teorias que buscam, ao contrário, manter a ordem atual das coisas, mas também auxiliar aqueles/as que estão em busca de transformações no campo da práxis.

Por fim, é utilizado um recurso linguístico feminista, mais especificamente, uma linguagem inclusiva de gênero, a qual busca desconstruir a ideia do masculino como universal e o sexismo estabelecido na linguagem. Tal recurso, choca frontalmente com os objetivos históricos do patriarcado em perpetuar posições hierárquicas desiguais entre homens e mulheres, pois

[...] se subentende que o gênero nomeado e destacado na linguagem é o masculino, ficando as mulheres invisibilizadas e relegadas a estâncias inferiores de representação. A prova de que há machismo/inferiorização do feminino na construção da nossa língua é a impossibilidade de se utilizar o feminino como universal (no lugar do masculino). Diante disso, podemos entender que a linguagem não é só importante para a comunicação, mas também para o nosso imaginário (SOUSA JÚNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

A dimensão de gênero recebe relevância no presente trabalho uma vez que, conforme será abordado ao longo do mesmo, a experiência migratória não se dá de igual maneira entre homens e mulheres. Somadas às opressões étnicas, raciais, de classe, as mulheres imigrantes estão submetidas às opressões de gênero, acentuando sua condição de vulnerabilidade na sociedade receptora. A utilização do recurso linguístico feminista é, também, incluir a mulher migrante nas análises

sobre migrações internacionais, campo em que estiveram historicamente invisibilizadas ou subordinadas a uma figura central masculina. Antecipo escusas por possíveis deslizos na adoção de tal recurso linguístico por tratar-se de um exercício diário de reeducação, desconstrução e construção de novos hábitos inclusivos de gênero.

## 2.1

### Relações Internacionais e o campo das migrações

Castles, Haas e Miller (2014) verificaram que, na era atual, as migrações internacionais correspondem a um dos mais importantes fatores na mudança global: tem ocorrido uma crescente relevância política das migrações. Foram centrais nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2012, uma vez que as/os imigrantes latinas/os correspondem a 10% do eleitorado estadunidense e 71% destas/es imigrantes apoiou a candidatura do presidente Barack Obama (do Partido Democrático) eleito nessa ocasião. O estranhamento ao Partido Republicano de seu adversário Mitt Romney e do ex-presidente George W. Bush, conhecido por sua inabilidade em levar adiante a reforma migratória no país, é um dos reflexos da magnitude da vitória de Obama.

Também tiveram destaque nas eleições presidenciais francesas no mesmo ano, nas quais o então presidente e candidato de inclinação centro-direita propusera medidas de securitização da política migratória, como a redução pela metade do número de ingressos no território francês por meio de um forte controle de fronteiras. Mesmo após Mohamed Merah (cidadão francês de origem argelina) em um ato criminoso assassinar três soldados e três crianças – crime o qual em tese serviria como fundamento à política de Sarkozy de criminalização das migrações – o candidato do Partido Socialista, François Hollande sai vitorioso, demonstrando o descontentamento da população francesa às propostas do ex-presidente <sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Aqui vale ressaltar que fazemos menção ao destaque adquirido pelo tema migratório em período eleitoral, em um momento em que a população francesa clamava por uma mudança de postura com o novo governo, o qual recebe grande expectativa nesse sentido por seu viés socialista. No entanto, presenciamos na atualidade uma política de segurança pública e migratória extremamente, rígida, securitizada e criminalizatória, encabeçada pelo atual primeiro ministro Manuel Valls, com o apoio e consentimento de Hollande. O novo “governo de combate” de Valls,

Além disso, alegam as/os autoras/es que atuações governamentais de retrocesso político e perda de direitos como o surgimento na Europa de partidos de extrema direita, anti-imigração e anti-islâmicos; os cada vez mais frequentes ataques racistas; o acirrado controle das fronteiras (que com a intenção de evitar a entrada ao contrário reforça seu caráter irregular e desvia os fluxos para outros pontos de passagem); a falha em implementar a reforma migratória pelo Congresso dos Estados Unidos da América (EUA), abrindo portas para uma legislação ainda mais restritiva, entre outras, conferem aumento da relevância política dada às migrações.

Para o presente trabalho, que tem como objeto de estudo a ação coletiva de migrantes, a politização das migrações é um elemento a ser estudado com atenção. Primeiramente porque umas das principais reivindicações do movimento de bolivianas/os é a conquista de direitos políticos: sem tais direitos não há cidadania. Considerando que sua marginalidade política vem acompanhada de problemas socioeconômicos, o direito de votar e ser votada/o no Brasil é, para elas/es, central para reverter sua condição de excluídas/os política e socialmente da sociedade que vivenciam, mas também para reverter as condições degradantes de trabalho e de vida, uma vez que poderiam eleger candidatas/os que governassem em prol dos direitos das/os imigrantes.

Em segundo lugar, configuram sua politização os últimos acontecimentos em matéria migratória no Brasil e que envolvem o aumento no número de pedidos de refúgio provenientes de diversos países do mundo, a migração de retorno, a crescente chegada de imigrantes latino-americanas/os, e mais recentemente, no primeiro semestre de 2014, a chegada de cerca de milhares de imigrantes haitianas/os no estado do Acre e posteriormente à cidade de São Paulo. Acompanhado a isso, deve-se considerar também a reação do Estado brasileiro a estes acontecimentos ao promover: a regularização massiva das/os imigrantes recém-chegados, a adoção de medidas emergenciais de acolhimento em São Paulo, a realização da Conferência Nacional de Migrações e Refúgio de caráter consultivo e o reinício e catalização do debate e construção de uma nova lei e política migratória para o Brasil.

---

tem gerado uma impopularidade brutal na sociedade francesa, a qual é tanto (ou ainda) maior quanto em relação ao governo Sarkozy.

De maneira geral e sob a ótica das relações internacionais, um dos objetivos aqui é problematizar a relevância política das migrações, as reações e padrões de comportamento dos Estados, bem como as reações que fogem do padrão esperado de comportamento do tradicional, moderno e soberano Estado-nação.

Assim como Castles (2007), acreditamos que as migrações foram politizadas, e num movimento crescente, os Estados investiram em especializar os estudos sobre o fenômeno: faltavam elementos para compreender a sua dimensão, diversidade e complexidade. Não obstante, em muitos casos, as instituições afetadas pelas migrações suplantaram seus estudos para compreender como poderiam lidar com a sua ameaça aos empregos das/os nacionais, à soberania nacional ao atravessar fronteiras, à segurança nacional e à proteção contra o terrorismo, para estas, dela iminente.

Numa outra linha de pensamento, confrontamos com a premissa de que as transformações que derivam do atual contexto de integração global da economia, da política e das relações sociais colocam as migrações no centro dos estudos sobre a mudança global (*global change*). Desde que a mobilidade transfronteiriça está no cerne da globalização, deveria ser parte fundamental na teorização das sociedades contemporâneas. Portanto, o empenho em investigá-la é socialmente e politicamente relevante, e é anterior aos interesses dominantes (CASTLES, 2007).

*International migration research can and should be socially-relevant – that is it should address the concerns of migrants, communities affected by migration in both sending and receiving countries, civil society and government. That means that it is – in official parlance – also policy-relevant (CASTLES, 2007).*

As migrações internacionais têm representado um campo de estudo de rápido crescimento entre as disciplinas e subdisciplinas associadas aos estudos de política e governo, incluindo a ciência política, as políticas públicas, a administração pública e as relações internacionais. Um dado que surpreende é o fato de as/os cientistas políticas/os terem incorporado o tema das migrações muito tardiamente aos seus estudos, chegando bem depois das outras disciplinas supracitadas (HOLLIFIELD, 2008: 182).

O mesmo movimento tardio ocorre com a disciplina de relações internacionais: durante grande parte do século XX subteorizou os movimentos populacionais. As metodologias não se restringiram em determinar como o campo

poderia ser estudado, mas definiram também o que seria estudado em RI. O positivismo, por exemplo, definiu o objeto de pesquisa da área, estruturando o que passou a ser entendido como a realidade na política internacional. As temáticas da defesa e segurança, da vigilância das fronteiras e da intocável soberania dos Estados guiaram muitos dos estudos dessas/es teóricas/os tradicionalistas.

Boa parte da explicação teórica e histórica para a ausência de interesse das/os estudantes de política pelo tema das migrações, pelo menos durante um longo período de suas trajetórias, está no que elucida James Hollifield:

*[...] from the end of World War II until the 1980s, immigration policy was largely confined to the realm of low politics, which is to say that it was considered to be a domestic issue that did not rise to the level of foreign policy or high politics. [...] In the realist formulation, high politics – the paramount subject of international relations – is concerned with national security, foreign policy, and issues of war and peace, whereas low politics is concerned with domestic issues relating to social and economic policy. In this framework, international migration, like any economic or social issue, belongs in the realm of low politics and therefore was not a subject of analyses by scholars of international relations, especially national security and foreign-policy analysts (HOLLIFIELD, 2008: 183).*

Neste contexto, as migrações internacionais e os movimentos sociais, certamente, ocuparam as *low politics*. A própria disciplina, em sua origem, foi constituída a partir de uma realidade pós 1ª Guerra Mundial, em que os estudos sobre a guerra e a paz evidenciaram-se como centrais para o campo. Sendo o Estado o ator principal no jogo da política mundial, as questões internas e as dinâmicas não protagonizadas pelas unidades estatais não receberam destaque pelas correntes fundadoras da disciplina.

Nos anos 1980, enquanto a Guerra Fria dominava os estudos das relações internacionais, as migrações internacionais permaneciam às margens do foco desses/as acadêmicos/as, afinal, para eles/as as migrações não interferiam diretamente na balança de poder, ou pelo menos, não de maneira significativa e a ponto de ser alvo de seus estudos na época. Até os anos 1990, este é o papel desempenhado pelas migrações nas RI (HOLLIFIELD, 2008: 184).

O pensamento da época girava em torno da seguinte premissa: tratando-se de *low politics*, ou seja, dos assuntos que tocam ao âmbito doméstico dos Estados, as migrações poderiam ser estudadas pelos/as sociólogos/as, antropólogos/as, economistas e outros/as estudiosos/as das *low politics*. As *high politics*, ou as políticas que diziam respeito ao âmbito internacional e afetavam os Estados

propriamente, deveriam então receber atenção por parte dos/as estudiosos/as em RI.

Se seguirmos com nossa análise histórica, veremos que anteriormente ao surgimento do Estado-nação na Europa, a noção de legalidade vinculada às pessoas e às unidades territoriais não era comum. Seria o advento do Estado Moderno como principal e dominante forma de organização das sociedades que espalhou – por meio da conquista e colonização – ideais de soberania, cidadania, identidade nacional, nacionalidade, fronteira, “fora” e “dentro”, estrangeiro/a e nacional. Na verdade, quase toda a dimensão da existência humana foi remodelada para estar conforme os ditames do Estado-nação.

Apenas recentemente, nos anos 80 e 90, a relação entre migrações e segurança chamou a atenção dos/as teóricos/as em RI, especialmente desde os eventos de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos. Já nesse momento, ocorre uma forte associação das migrações ao terrorismo, mas com os ataques em Madri e Londres, as migrações passam a ser consideradas uma ameaça “real” para os Estados. A partir destes episódios, começa a emergir um campo de estudos significativo para as RI, a hoje conhecida como “Política de Migração Internacional” e, seus/suas teóricos/as, conhecidos/as por serem responsáveis por “trazer o Estado de volta” (MITCHELL, 2012).

Em termos gerais, segundo Hollifield (2008) existem três escolas de pensamento nas RI que têm guiado os estudos sobre migração internacional: (1) o realismo ou neorealismo; (2) o institucionalismo liberal da teoria da interdependência complexa; e (3) o transnacionalismo ou o que o autor chama de tese da globalização, que está intimamente relacionada com o construtivismo.

A primeira literatura, realista e neorealista, explora as implicações das migrações na segurança e defende sua inserção nas ‘*high politics*’ justamente por tratar-se de uma questão de segurança nacional (MITCHELL, 2012):

*Migration and refugee issues, no longer the sole concern of ministries of labor or of immigration, are now matters of high international politics, engaging the attention of heads of states, cabinets, and key ministries involved in defense, internal security, and external relations* (WEINER, 1992).

Para alguns, as migrações se apresentam como uma onda desestabilizadora e de insegurança para os Estados (WEINER, 1995; HUNTINGTON, 1994;

SCHLESINGER, 1992). Nessa linha de pensamento, os Estados têm sido ameaçados pela entrada massiva dos/as “indesejados/as”, “intrusos/as”, “clandestinos/as” que ameaçam não somente a identidade como a segurança nacional. Myron Weiner (1993, 1995), por exemplo, foi o mais consistente defensor na ciência política da abordagem realista para o estudo da migração internacional. Com o seu apoio e de outros/as teóricos/as da linhagem *problem-solving*, o realismo vem securitizando as migrações.

Como nos lembra Mitchell (2012), o direito de o Estado controlar suas fronteiras é elemento fundamental para o conceito da soberania estatal. A soberania da nação, em sua qualidade de objeto potencial de uma ação coercitiva, manifesta-se no que se costuma chamar de “impenetrabilidade” da nação. E as fronteiras definem e sustentam as identidades nacionais, definindo também o seu pertencimento, portanto, quem está “dentro” e quem está “fora”.

*The importance of borders is not only confined to political, economic and security realms, as borders serve an intrinsic role in defining the state itself. As Rudolph writes, borders “remain significant because they provide social closure and symbolic separation between peoples and cultures” and “together with the institution of citizenship, designate both inclusion and exclusion and define the sociopolitical community.” (MITCHELL, 2012).*

A construção da identidade nacional torna-se parte crucial para o projeto nacionalista do Estado-nação e isso significa esquecer a história de conquista, incorporação e migração nos quais as nações europeias estiveram apoiadas. Nesse modelo de “nacionalismo metodológico” (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2003) cruzar fronteiras significa algo excepcional e desestabilizador (CASTLES, 2007).

Assim, esta base teórica do campo das relações internacionais demonstrou-se notavelmente débil para compreender as complexas e variadas causas e consequências das “mobilidades humanas”, pois rígida, universal e parcimoniosa.

Realismos à parte, surgem os liberalismos, dedicados à discussão sobre cooperação entre Estados-nação, o papel das instituições e organizações internacionais e a interdependência do sistema internacional. Segundo as concepções de seus principais teóricos, Robert Keohane e Joseph Nye, as instituições internacionais são a chave para explicar o enigma do conflito e da cooperação na política mundial, principalmente com o enfraquecimento da hegemonia norte-americana nas últimas décadas do século XX. O desafio para os

países liberais a partir desse momento era o de como construir uma nova ordem mundial para promover seus interesses nacionais que estavam cada vez mais ligados ao investimento e comércio internacional, se não às migrações.

Nesse sentido, as instituições internacionais adquirem centralidade para a resolução dos problemas da cooperação internacional e da ação coletiva. Por isso, ao estudarmos migrações, para os/as estudiosos/as do liberalismo, faz-se necessário compreender a criação, no regime da guerra fria, de organismos internacionais, responsáveis pela implementação de políticas de contenção e acolhida de refugiados/as e vítimas de tráfico de pessoas (*United Nations High Commissioner for Refugees* - UNHCR), ou organizações que lidam com a migração econômica como a *International Organization for Migration* (IOM) e *International Labour Organization* (ILO).

*The first major hypothesis that we can derive from the neoliberal theory is that states are more willing to risk opening their economies to trade (and by extension migration) if there is some type of international regime (our hegemonic power) that can regulate these flows and solve collective action and free-rider problems (HOLLIFIELD, 2008).*

No entanto, constatou-se que os organismos internacionais não possuem a infalibilidade em resolverem os “problemas do mundo”. Em primeiro lugar, porque, em geral apoiam-se nas políticas dos Estados, as quais, na maioria das vezes, não são pró-migrações. Em segundo lugar, porque tais organizações se distanciam muito da base, das pessoas que vivenciam as migrações no dia a dia, fornecendo uma participação parcial, extremamente especializada e distante da realidade das quais tratam e teorizam. Assim, tais correntes tampouco têm dado conta de explicar as migrações.

A inauguração dos estudos “pós-positivistas” na disciplina de relações internacionais reverteu este quadro de marginalização das *low politics* inaugurando um movimento ontológico, epistemológico e metodológico que buscou transcender o positivismo neorrealista e liberalista, revelado (o movimento) por autores/as críticos/as e adeptos/as da ideia de conexão entre prática social e produção de conhecimento.

No conhecido “terceiro debate”, estes/as estudiosos/as amplamente conhecidos/as como “pós-positivistas”, foram influenciados/as por Marx,

Gramsci, Derrida, Habermas, Foucault. Destacou-se o movimento pós-colonial, a teoria crítica, o feminismo, o pós-modernismo, mas também vertentes “subalternas”, todas elas comprometidas em reler a disciplina e re-teorizá-la a partir de uma perspectiva crítica àquelas legitimadas como as únicas capazes de produzir real conhecimento em relações internacionais.

Deste modo, ampliou-se o escopo dos estudos e produção de conhecimento em RI. O trabalho dos/as autores/as que pensam as relações internacionais de maneira reflexiva e crítica passa a ser reconhecido enquanto produtor de conhecimento científico válido para a disciplina, tornando possível o estudo de certas temáticas anteriormente ignoradas.

A tese da globalização, com sua forte ênfase no transnacionalismo oferece uma hipótese atraente. Proclama a impossibilidade de se ignorar os efeitos de fatores sistêmicos e estruturais sobre a oferta e demanda da política migratória.

*Globalization arguments come in many shapes and sizes, but most are grounded in one way or another in the world systems framework (WALLERSTEIN, 1976) and are inspired by works in economic sociology and the sociology of international relations (HOLLIFIELD, 2008: 202).*

As/Os teóricas/os da globalização, com seus diferentes vieses, concordam em um ponto importante: a soberania e o poder regulatório do Estado foram enfraquecidos pelo transnacionalismo da globalização, na forma do movimento de mercadorias, do capital e de pessoas (LEVITT 2001; SASSEN, 1996, 2006). Em contraste com o realismo, os/as atores/atrizes em relações internacionais não são limitados pelos Estados. Na tese da globalização, firmas, indivíduos e comunidades transnacionais têm encontrado maneiras de ultrapassar a autoridade regulatória dos Estados soberanos. Segundo esta corrente, o mundo foi individualizado (ROSENAU, 1990), os Estados foram desterritorializados (RUGGIE, 1998) e as agendas Estatais foram desnacionalizadas (SASSEN, 2006).

Nessa perspectiva, a tese da globalização encontra-se no outro extremo da teoria realista, que enfatiza o papel do Estado-nação como o principal ator e unidade decisória nas RI. Ao contrário, a tese da globalização entende que o Estado não é capaz de controlar, por exemplo, a financeirização do capital ou os/as migrantes que movem-se ao redor do globo em busca de melhores oportunidades. As/Os autoras/es da globalização compartilham com os neoclássicos

a ideia de que os Estados possuem papel marginal na governança e na estruturação das migrações internacionais.

Sobre os limites do papel do Estado, Walker (1993) discute em *Inside/Outside* que, em decorrência de as modernas teorias de relações internacionais terem sido criadas em uma época em que a soberania do Estado era a pedra angular da teorização política, as/os teóricos/as modernistas continuam a seguir esta tendência, mesmo que de forma cada vez menos aparente. Embora Walker (1993) negue o cosmopolitismo e o pressuposto de que o Estado eventualmente torne-se algo do passado, ele salienta a importância do reconhecimento pelas/os teóricas/os modernas/os do declínio da capacidade de os Estados atuarem de forma autônoma dentro de suas próprias e fixas fronteiras<sup>3</sup>.

Em última análise, para Walker (1993), o espaço é central: as teorias de RI versam sobre espaços e como estes encontram-se categorizados, divididos, onde aqui há política lá não há. Além disso, compreende que no pensamento moderno a territorialidade também ocupa um papel significativo. Desse modo, o pensamento moderno, conforme delineia Walker (1993), está constantemente traçando barreiras e criando espacialidades, dicotomias como aqui e lá, dentro e fora, bem e mal, nacional e internacional, comunidade e anarquia, paz e guerra, espaço e tempo, *self* e *other*, identidade e diferença.

O *inside* e o *outside* de sua obra significam, neste contexto, o local onde há prática política e o local onde não há (WALKER, 1993: 13).

O argumento de Walker se articula a partir da noção de que nossa concepção de política está intimamente vinculada à divisão entre as esferas nacional e internacional: é a partir da contraposição binária entre a política nacional dentro do estado territorial soberano e as meras relações interestatais no âmbito do sistema internacional que se constituem a concepção moderna de política e a noção convencional do caráter específico das RI. Para o autor, a concepção dos domínios nacional (*inside*) e internacional (*outside*) é viabilizada por meio de sua oposição numa espécie de “complementaridade mutuamente constitutiva” entre as interpretações interna e externa nos estados modernos: uma vez que se atribua ao âmbito estatal noções positivas como as de ordem, paz, a justiça e segurança, podemos invertê-las para constituir um espaço internacional caracterizado pelo caos, a guerra, a violência e a insegurança (AMARAL, 2010).

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que mesmo aquelas abordagens das relações internacionais que reivindicam uma maior flexibilização do papel do Estado em suas análises, partem do pressuposto do Estado como unidade básica de análise, a partir da qual é construído o próprio conceito de internacional.

Deste modo, o que vem “de fora” (incluindo a/o imigrante) é estranho ou ameaçador à/ao “de dentro”. O internacional se torna então indispensável à construção do Estado, uma vez que, para este seja mantido, sua presença e desejabilidade devem ser justificadas em função da existência de lugares outros onde impera a violência e a desordem.

No centro de seu debate está a categoria de soberania que, como visto, comporta contradições que colocam em xeque as próprias teorizações em torno do internacional, do que está fora e do que está dentro e se existe, de fato, o fora e dentro; para Walker, tornou-se perigoso reificar tais dicotomias (WALKER, 1993: 62). Tais contradições, em suma, residem em algumas questões: i. o poder soberano não está exatamente determinado porque se coercitivo com a sociedade civil, fraco em relação às estruturas globais; ii. num mundo de soberania/ausência de soberania, de Estados supostamente autônomos num contexto de vontades desregulamentadas, a soberania é tanto constitutiva do sistema quanto um problema a ser superado – refere-se aqui às inúmeras transformações e fenômenos atuais, como as migrações, que têm feito da soberania um problema a ser superado; iii. tensão entre a anarquia internacional e a sociedade internacional.

A grande questão levantada pelo autor é a premissa inquestionável de que há um “aqui” muito diferenciado e distante de um “lá”. Sua pergunta aos/às teóricos/as tradicionalistas seria: será mesmo que o “dentro” e o “fora” não se confundem e estão tão dissociados assim, mesmo se considerarmos as fragilidades em torno da (nem tão) rígida soberania dos Estados?

Grande parte se não a maioria da literatura convencional sobre a soberania do Estado no contexto das relações internacionais tem colocado grande pressão sobre (i) e (ii), as preocupações mais recentes salientam (iii), (iv) e (v). E, como nos envolvemos com essas preocupações mais recentes, parece cada vez mais difícil acreditar que “aqui” é, na verdade, “aqui” e “ali” ainda está “lá”. Como de hábito da teoria política moderna, as narrativas das relações internacionais ainda podem assumir que, “dentro” e “fora” podem ser facilmente distinguidos, mas isso é uma suposição que agora é muito difícil de tomar como certo <sup>4</sup> (WALKER, 1993: 174, tradução nossa).

<sup>4</sup> São cinco os escopos, segundo Walker (1993), os quais a soberania dos Estados encontra-se, se não ameaçada, mas questionada:

*i. Continuing several debates concerning:*

*a. the constitutive principles of international law and the extent to which the law is binding in the absence of decisive centralized authority;*

*b. the relationship between international law and droit interne (monism and dualism), particularly in view of claims about how international law effectively reduces the decision-making power of the modern state;*

*c. the relationship between the principle of sovereignty and a variety of cosmopolitan claims about, for example, natural law, universal human rights, species identity, and so on.*

Assim como os/as teóricos/as da globalização apresentados por Hollifield (2008) e a tese acima oferecida por Walker (1993), a teoria crítica – abordagem teórico-metodológica que nos guia no campo das RI – ao mesmo tempo em que não recai ao argumento realista da exclusividade da ação estatal nas RI e na Política de Migração Internacional, tampouco consagra a aniquilação da ação estatal em matéria de controle de suas fronteiras e/ou regulação da política migratória ou, até mesmo, a “morte do Estado” – como sugerem algumas teorizações. A teoria crítica das relações internacionais foi capaz de problematizar as ações e dinâmicas do capitalismo internacional em sua intersecção com o Estado – como veremos, aqui, o fenômeno da globalização ganha centralidade nos estudos macroestruturais das migrações internacionais – porém, sem necessitar retirá-lo totalmente de cena. Além disso, atenta-se para considerar uma tese construtivista de alteração do comportamento dos Estados: a abordagem da segurança nacional para as migrações não é um dado imutável.

Portanto, entende-se que há sim um aparato de controle cada vez mais repressivo em alguns países, mas a existência deste aparato não é condição *sine qua non* para que a mesma não ocorra, já que o mesmo não consegue barrar a entrada de imigrantes, provando que outros fatores externos à ação do Estado são fortes propulsores dos movimentos de pessoas, as quais continuam atravessando fronteiras. Ao mesmo tempo, entende-se que a maneira como os países regem as políticas públicas sobre a temática das migrações e como gerenciam a política de

---

*ii. More specific problems arising from interpretations of sovereignty as implying a rigorous autonomy, especially in the context of processes of formal decolonization:*

*a. Those concerning the principles of domestic jurisdiction and*  
*b. those concerning specific disputes over particular territories;*  
*c. those concerning the criteria for statehood and recognition for small states, divided states, and so on.*

*iii. Problems arising from the relationship between principle of sovereignty and the claims of a society of states.*

*a. those resulting from the facto hegemony of great powers (vertical and in relation to omnipotence);*  
*b. those resulting from established norms of international laws, regimes, or interdependence (horizontal and in relation to independence).*

*iv. Problems arising from the increasing significance of territorialities beyond existing claims of sovereignty:*

*a. those involving the law of the sea;*  
*b. those involving space law;*  
*c. those involving speculative claims about a global commons or planetary habitat*

*v. Problems arising from the institutionalism of structures that somehow transcend state sovereignty:*

*a. formal constitutional arrangements, as with the European Community or United Nations;*  
*b. de facto arrangements, as with multinational corporation and the complex relationships referred to under the term dependency.*

entrada e saída de seus territórios influencia consideravelmente a escolha do local de destino, a entrada, a permanência da/o imigrante e a sua inserção política, econômica e social.

Uma das principais contribuições da teoria crítica reside na ampliação do objeto de domínio das RI, não apenas para incluir pressupostos epistemológicos e ontológicos, mas para explicar sua conexão com compromissos políticos anteriores (DEVETAK, 2005: 140-141).

A teoria crítica opõe-se fortemente às teorias de resolução de problemas (*problem-solving theories*). As últimas, também conhecidas como teorias tradicionais, são marcadas pela prevalência do método positivista e por uma tendência em legitimar as estruturas sociais e políticas vigentes, acompanhadas das desigualdades de poder e riqueza. “Ao trabalhar dentro do sistema dado, o qual tem um efeito estabilizador, tende a preservar a estrutura global existente de relações sociais e políticas” (COX, 1981). São as já mencionadas teorias da manutenção do *status quo*.

As teorias no campo das relações internacionais, como de qualquer saber, estão condicionadas, necessariamente, à influência social, cultural e ideológica, e uma das principais tarefas da teoria crítica é revelar o efeito desse condicionamento. Ao adotar atitudes reflexivas, a TC comporta-se como um esforço metateórico de examinar como as teorias situam-se na atual ordem social e política, como este contexto impacta ao se teorizar, e mais importante, as possibilidades de se teorizar de maneira que se desafie as injustiças e desigualdades construídas dentro da ordem mundial prevalecente (DEVETAK, 2005: 141).

Ao mesmo tempo em que os/as teóricos/as críticos/as acreditam que os indivíduos não são capazes de fazer a história a partir de suas próprias escolhas, uma vez em que há estruturas que limitam e condicionam nossas escolhas, problematizam que o ordenamento que nos foi “dado” de maneira alguma é natural ou imutável. Assim como Marx (1977), problematizam a origem das desigualdades e dominações, sempre com a intenção última de eliminá-las.

*It accepts that humans do not make history under conditions of their own choosing, as Marx observed in The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte (1977), and so a detailed examination of present conditions must necessarily be undertaken. Nevertheless, the order which has been ‘given’ to us is by no means natural,*

*necessary or historically invariable. Critical international theory takes the global configuration of power relations as its object and asks how that configuration came about, what costs it brings with it and what alternative possibilities remain immanent in history* (DEVETAK, 2005: 143).

A crítica filosófica do particularismo em RI<sup>5</sup> – a qual, entre outras questões, problematiza o fetichismo do Estado como a forma única e natural de comunidade política – foi, primeiramente, cunhada por Andrew Linklater em *Men and Citizens* (1990). Sua principal preocupação foi traçar como o pensamento político moderno tem constantemente diferenciado obrigações éticas atribuídas aos/às seus/suas cidadãos/ãs e ao resto da humanidade.

Na prática, a tensão entre “homem” (e “mulher”) e “cidadãos” (e “cidadãs”) tem, geralmente, sido resolvida em favor dos/as cidadãos/ãs – ou, mais precisamente, em favor aos/às membros/as de certo Estado soberano. Certos direitos “universais” que foram pensados para se estenderem para a todos/as os/as membros/as da comunidade humana, foram sempre residuais e secundários para alguns/mas (DEVETAK, 2005).

Na tese de Marx, enfatiza-se a noção deste universalismo seletivo existente no seio do sistema capitalista. Este, por meio do discurso do Estado de direito e da propriedade privada, mascara a alienação e exploração que estão por trás dos ideais liberais de igualdade e liberdade. Nas palavras de Rupert (2003), Marx enuncia: “*that the seemingly apolitical economic spaces generated by capitalism – within and across juridical states – are permeated by structured relations of social power deeply consequential for political life*” (RUPERT, 2003: 182 apud DEVETAK, 2005). Deste modo, ao contrário da enunciada separação da economia e da política, suas implicações são mútuas.

*From this Marxian perspective, modern international relations, insofar as it combines the political system of sovereign states and the economic system of market capitalism, is a form of exclusion where particular class interests parade themselves as universal. The problem with the sovereign state therefore is that as a ‘limited moral community’ it promotes exclusion, generating estrangement, injustice, insecurity and violent conflict between self-regarding states by imposing rigid boundaries between ‘us’ and ‘them’* (Cox 1981: 137, Linklater 1990: 28). *Such arguments have led in recent times, and specially in a century which saw*

---

<sup>5</sup> Na obra de Linklater, o autor condena as tentativas de homogeneização das comunidades e visa projetar novas formas de comunidades políticas, para além do Estado, que respeitem diferenças e direitos culturais e procura uma nova universalidade que substitua o uso de conceitos morais universais por parte do Ocidente para impor o controle a outras comunidades (LINKLATER, 1990: 24).

*unprecedented flows of stateless peoples and refugees, to more general and profound questions about the foundations on which humanity is politically divided and organized* (DEVETAK, 2005: 148, grifo nosso).

Inserido na linha argumentativa da teoria crítica, Richard Shapcott (2000, 2001) investigou as hierarquias constitutivas das relações do *self* e do *other* nas relações internacionais. Segundo o autor, os distintos conceitos do *self* moldam as relações com o *other*. Sua principal preocupação é com a possibilidade de se alcançar justiça em um mundo culturalmente diverso. Rejeita as concepções liberais e comunitárias do *self*, partindo da premissa de que é necessário garantir “que as fronteiras nacionais não obstruam princípios de abertura, reconhecimento e justiça em relação ao ‘outro’” (LINKLATER 1998; HUTCHINGS 1999: 138; SHAPCOTT 2000: 111 apud DEVETAK, 2005, tradução nossa). Estes são alguns dos princípios/direitos que os/as imigrantes perderam aos cruzarem as fronteiras e buscam recuperar na forma de reivindicação política e social.

Já Cox (1999) e Gill (1996) dedicaram-se, em trabalho recente, a compreender a reestruturação da ordem mundial pela globalização, a qual vem produzindo transformações no ordenamento Vestfaliano da sociedade e da política. Dentre as consequências da globalização econômica, encontram-se a polarização entre ricos/as e pobres, aumento da anomia social, atrofia da sociedade civil e, como resultado, a ascensão do populismo excludente (extrema direita, xenofobia e grupos racistas) (DEVETAK, 2005).

Também identificaram forças contra hegemônicas emancipatórias que estão integradas ao sistema Vestfaliano. Desse modo, explicitam que as contradições da globalização resultariam em efeitos ambivalentes, sendo possível, a partir dessas forças, “reformular” a comunidade política atual, instaurando uma comunidade política cosmopolita, pós-exclusionária, pós-soberana e pós-Vestfaliana (LINKLATER, 1998). O impulso da democracia cosmopolita é capturado pela questão de Archibugi (2002: 28): “Por que os princípios e regras da democracia paralisam nas fronteiras de uma comunidade política?”.

*It would abandon the idea that power, authority, territory and loyalty must be focused around a single community or monopolized by a single site of governance. The state can no longer mediate effectively or exclusively among the many loyalties, identities and interests that exist in a globalizing world (see Devetak 2003; Waller and Linklater 2003). Fairer and more complex mediations can be developed, argues Linklater (1998: 60, 74), only by transcending the ‘destructive*

*fusion' achieved by the modern state and promoting wider communities of dialogue. The overall effect would thus be to 'de-centre' the state in the context of a more cosmopolitan form of political organization and political association which is integral to the Westphalian system (DEVETAK, 2005).*

Assim sendo, tais autores veem na globalização, conforme elucida Gómez (1998), “não um estado e sim um processo radicalmente incerto e ambivalente, cuja problemática é de extrema complexidade” e vai além das desigualdades, podendo também, produzir forças emancipatórias.

Em Globalização, Estado-Nação e Cidadania, Gómez (1998) “discute a ideia de que, se, por um lado, o conjunto dos processos de interconexões regionais e globais em curso gera restrições crescentes à cidadania democrática de base territorial soberana, por outro, abre possibilidades efetivas de ampliação de uma cidadania democrática de base cosmopolita”.

Segundo este autor, há uma necessidade normativa e a possibilidade histórica de ampliar a democracia para além das fronteiras. Pautado pelos pressupostos *transformacionistas*<sup>6</sup> da globalização, Gómez (1998) elucida que “a multiplicação e variedade sem precedentes de fenômenos supraterritoriais” significa, como consequência direta,

[...] que os Estados perdem em grau variável, o controle efetivo sobre suas próprias fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, em virtude da proliferação e expansão da jurisdição de instituições multilaterais e da crescente “internacionalização do processo decisório” nas esferas global e regional, assim como das novas obrigações (direitos humanos, democracia política etc.) incorporadas pelo direito internacional (Gómez, 1997), os Estados têm severamente afetadas suas margens de ação autônoma e, com frequência, até infringida a supremacia legal reivindicada em termos de soberania (Gómez, 1998: 48). Tudo isso leva os transformacionistas a sustentarem que os processos e forças da globalização e da regionalização, uma vez que desafiam seriamente as capacidades de autonomia e soberania do Estado-nação, contribuem para a emergência de uma ordem mundial pós-Vestfália bem menos estadocêntrica, que inaugura a necessidade normativa e a possibilidade histórica de ampliar a democracia para além das fronteiras (Held, 1995; Linklater, 1996) [...] Claro que isso não prefigura o falecimento do Estado-nação e do sistema internacional [...] Os Estados-nação, como tantas vezes salientado aqui, continuam sendo atores fundamentais nas relações internacionais, do mesmo modo que as fronteiras territoriais conservam uma importância decisiva nos planos econômico, político, militar e simbólico. Daí que, nessa ordem pós-Vestfália, a noção

<sup>6</sup> Segundo Gómez (1998), “há posições que sustentam, de um lado, que esta representa um corte radical com o passado (transformacionistas), enquanto de outro lado, afirmam sua continuidade histórica e até mesmo precedentes similares (céticos) [...] os transformacionistas invocam poderosas razões para afirmar a globalização contemporânea, mesmo que suas raízes remontem historicamente à formação do capitalismo e do sistema interestatal moderno (Giddens, 1992) compromete fundamentalmente o Estado-nação soberano sobre o qual a ordem de Vestfália foi construída (Cox, 1987; 1996; 1997, Rosenau, 1990; Linklater e Macmillan, 1995)”.

tradicional de soberania como ilimitada, indivisível e exclusiva do poder político esteja sendo deslocada pelo reconhecimento fático de que, hoje em dia, a soberania “já se divide entre um certo número de agências – nacionais, regionais e internacionais – e é limitada pela própria natureza dessa pluralidade” (Held, 1991: 66) (GÓMEZ, 1998: 48-49).

Assim sendo, a ótica da TC para a observação das migrações no âmbito das relações internacionais parece-nos a mais adequada: não somente porque trata-se de uma perspectiva alternativa ao *mainstream* teórico da área, mas também porque, em suas teorizações de caráter reflexivo, contribui para transformar a atual realidade política e social de migrantes; serve como base teórica à práxis política de indivíduos engajados/as em projetos que desafiam a ordem Vestfaliana, que buscam fazer a democracia e a cidadania transcenderem fronteiras, como é o caso das reivindicações de movimentos sociais de imigrantes em todo o mundo.

## 2.2 O método cartográfico

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais (e de poder), mas também reagem contra elas.

Edward Soja

A marginalização e abandono do lugar na teoria social ocidental contribuiu, durante muitos anos, para que a construção do pensamento estivesse, primariamente, em referência a um lugar unívoco: a Europa. A epistemologia convencional tem sido historicamente construída em torno do ideal e padrão europeus. As consequências da redução da importância da construção cultural do lugar correspondem a uma profunda “invisibilidade de formas subalternizadas de pensamento e modalidade locais e regionais de configurar o mundo” (ESCOBAR, 2000: 114 apud BRINGEL, 2011: 38).

Recentemente, conforme elucida Bringel (2011), a consciência do lugar tem se tornado visível e readquirido relevância, tanto política quanto acadêmica, na medida em que a globalização tornou os movimentos mais visíveis.

[...] a invisibilidade do lugar começa a ser neutralizada na academia de forma incipiente a partir dos anos 70, e com especial força nos anos 80 e 90, quando vários trabalhos começam a conceber o espaço e as práticas espaciais desde uma

visão crítica, sob a ótica da influência de relações específicas de classe, gênero, etnia ou raça, adquirindo significado no curso da ação social (HARVEY, 1989: 223 apud BRINGEL, 2011).

A sua ocultação em muito está interligada ao conceito de espaço, o qual, de acordo com Oslender (2002) é e sempre foi político. Não por acaso, seu estudo tem ido na contramão dos saberes hegemônicos. O lugar é um tema em disputa e, ao mesmo tempo em que tem sido instrumento dos detentores do poder para acentuar dominações e dicotomias do tipo centro/periferia; dentro/fora; norte/sul, pode expressar reações políticas de resistência e emancipação. Explicita Bringel (2011):

Reconsiderar o papel do lugar é algo que se enquadra em um projeto mais amplo de uma geografia humana crítica, que – como reconhecia Soja – deve estar em sintonia com as lutas de emancipação de todos os marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo, como os trabalhadores explorados, os povos tiranizados e as mulheres dominadas (2003, p. 93). Conseqüentemente, tanto os camponeses sem terra como os “piqueteros” argentinos ou os indígenas equatorianos e bolivianos, são alguns dos muitos exemplos de sujeitos explorados ou “periferalizados” – se utilizarmos a terminologia dual entre centro e periferia – pela lógica geográfica impositiva do capitalismo (BRINGEL, 2011).

Com isso,

Vendo todos os lugares e as geografias das resistências não como uma soma aritmética, mas insertos no dinamismo de suas redes e na confluência das práticas espaciais locais que enfrentam o capitalismo global, concluímos que a resistência cotidiana dos movimentos sociais têm uma cara específica, organizada e estruturada que torna indispensável o enfoque do lugar nos estudos sobre os movimentos sociais (BRINGEL, 2011, grifo nosso).

Considerando a importância acima frisada, de se dar ênfase ao lugar nos estudos sobre os movimentos sociais, bem como aos estudos sobre as migrações internacionais, as quais passam, no contexto atual, por significativas transformações, adotamos para a análise dos movimentos sociais de imigrantes bolivianas/os em São Paulo a cartografia social como ótica e método. A CS é um enfoque metodológico baseado na análise textual e na representação de fenômenos sociais através de mapas que reinscrevem e estruturam uma multiplicidade de perspectivas. Paulston define a CS como “a arte e a ciência de mapear formas de ver” (PAULSTON, 1996, p.15), como uma forma de ilustrar “a profusão de narrativas” que compõem o meio social (PAULSTON, 1996, p.18).

Inspirados/as pelos pressupostos que definem a cartografia social, teóricos/as empenhados/as em problematizar as relações sociais e a noção de espacialidade, como Bocayuva (2013); Xavier (2010); Prado e Teti (2013), Bringel (2011), avançaram as discussões, abrindo novos horizontes para este enfoque metodológico.

Prado e Teti (2013), por exemplo, buscam explicar a CS a partir de uma diferenciação da cartografia tradicional. Enquanto a última traça mapas, territórios, relevo e distribuição populacional, uma cartografia social “faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade”. Os mapas da cartografia social traçam lugares, movimentos de poder, diagramas de poder, expõem as linhas de força, densidade e intensidades.

Aplicado ao objeto de estudo, tal metodologia auxilia na compreensão da articulação de forças que envolve o/a migrante, o poder público, a sociedade brasileira, os/as donos/as de oficinas, as redes de lojas de vestuários, os movimentos sociais, a cidade de São Paulo, mas tendo como pano de fundo a produção geográfica de desigualdades pela globalização neoliberal, que posiciona os/as imigrantes bolivianos/as num lugar duplamente periférico e, portanto, subalterno: em relação à ordem internacional e em relação ao mapa urbano da cidade.

Apoiado no método da cartografia da ação, Pedro Cunca Bocayuva (2013) problematiza as noções de centro/periferia, e dos limites e potencialidades advindas deste lugar de fala. Segundo o próprio,

[...] as cartografias da ação permitem compreender e atuar sobre o desafio posto para a ação coletiva por direitos na megacidade. Por isso, devemos valorizar a construção de mapas, de cartografias, capazes de representar as potencialidades ligadas ao ponto de vista da nova centralidade da periferia enquanto território produtivo, enquanto potência subjetiva, enquanto uma das chaves para a reflexão sobre a emancipação social e a reconstrução democrática de um horizonte político com base no direito à cidade (BOCAYUVA, 2013: 97).

De acordo com esta metodologia, os mapas e cartografias são importantes instrumentos para se traçar as potencialidade que emergem da periferia, a qual é marcada por contradições que vão da subordinação, da adaptação, do

aniquilamento (promovidos pelas forças hegemônicas) à prática social de resistência e autonomia (dos grupos sociais subalterno)<sup>7</sup>.

Uma de suas principais propostas é pensar o urbano, local de concentração dos problemas sociais. Os traçados das ações que se dão na cidade, as distintas narrativas e trajetórias sociais, espaciais e comunicativas das classes subalternas correspondem a uma cartografia, a um mapa de suas relações e ações na cidade. “Os mapas buscam representar a relação entre a subjetividade, os usos do território e a apropriação das técnicas”. E é na trama urbana, plural e complexa, onde resistências emergem em busca de direitos, de direito à cidade, de direito à inclusão, e à não exploração/dominação hegemônica, de luta em defesa do acesso aos meios e bens públicos e ao patrimônio comum.

Com isso, a cartografia representa uma estratégia de análise crítica e ação política a qual acompanha e descreve relações, trajetórias, localizações, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência, o que corresponde no âmbito da pesquisa a um tipo de metodologia voltada para o reforço da capacidade de leitura dos lugares, dos contextos de ação.

Se pensada do ponto de vista das relações internacionais, a metodologia das cartografias deve trabalhar com conceitos que remetem à hegemonia e ao sistema mundo capitalista, realizando uma análise crítica da política neoliberal de ajuste espacial que atrai os interesses e as ações que organizam a apropriação do trabalho vivo e do espaço periférico. Neste âmbito, das RI, o espaço territorial ganha destaque, também, através das análises sobre os regimes de fronteiras: “as relações de força entre as potências e a economia política internacional formam sistemas e ordens por meio de configurações geográficas” (BOCAYUVA, 2013: 107).

Os conceitos de periferia, semiperiferia e centro são cunhados, primordialmente, pelo estudioso da Teoria do Sistema Mundo, Immanuel Wallerstein (1974). Na concepção deste autor, o sistema-mundo moderno, também chamado de economia-mundo capitalista, é a forma atual de organização do sistema de Estados, o qual está intimamente relacionado à formação da estrutura interestatal, porém recebendo destaque devido ao alcance global da

---

<sup>7</sup> Veremos mais adiante que este conceito de contraditoriedade que emerge das periferias o qual Pedro Cunca Bocayuva (2013) trabalha, está diretamente relacionado ao conceito de produção e marginalidade e de centralidade nas cidades globais, cunhado por Sassen (2007).

expansão capitalista. Dessa maneira, a lógica que opera o sistema-mundo, para Wallerstein (1974) é a lógica do capital. Tendo a divisão internacional do trabalho com uma das pedras fundamentais do capital globalizado, Wallerstein (1974) busca demonstrar como esta divisão propriamente capitalista tem segmentado os Estados de forma hierárquica no sistema mundial, e reservado aos países centrais uma posição privilegiada e hegemônica<sup>8</sup>.

*This division of labor refers to the forces and relations of production of the world economy as a whole and it leads to the existence of two interdependent regions: core and periphery. These are geographically and culturally different, one focusing on labor-intensive, and the other on capital-intensive production (Goldfrank, 2000). The core-periphery relationship is structural. Semi-peripheral states acts as a buffer zone between core and periphery, and has a mix of the kinds of activities and institutions that exist on them (Skocpol, 1977). Among the most important structures of the current world-system is a power hierarchy between core and periphery, in which powerful and wealthy "core" societies dominate and exploit weak and poor peripheral societies (MARTÍNEZ-VELA, 2003).*

Baseados/as nas premissas de Wallerstein (1974) e de autores/as que vêm problematizando o lugar, como Harvey (2001), Lefebvre (2000, 2001), Soja (1993), os/as adeptos/as da cartografia como método de pesquisa social também têm como objetivo analisar os conflitos que emergem nas periferias das megacidades, advindos da crise e reestruturação do padrão de crescimento. As contradições da agenda neoliberal nas cidades, fundada na ideologia do progresso pela via única da modernidade capitalista global, na sociedade de consumo, do espetáculo e do individualismo exacerbado do cotidiano urbano, têm produzido fronteiras “intransponíveis” nas cidades e uma consequente expulsão (dos grupos subalternos) do centro<sup>9</sup>.

Por fim, a metodologia cartográfica nos auxilia a compreender a busca por acesso ao centro, engendrada pelos países periféricos, mas também pelos grupos subalternos (Lefebvre, 2001). Tal busca pelo uso e produção dos espaços, tem

<sup>8</sup> Segundo este autor, diversas falhas seculares têm acompanhado as estruturas sistema-mundo, e atualmente, as mesmas estão entrando em uma crise, cujo final resultaria na decomposição do próprio sistema-mundo moderno.

<sup>9</sup> “Na megalópole explodem a exceção e o excesso no reino das falsas necessidades, do simulacro, do fetichismo e do narcisismo que convivem com uma nostalgia da comunidade supostamente perdida, em meio aos escombros e ruínas que acompanham as ‘revitalizações’ forçadas e a semiótica da aliança entre empreendedorismo globalista, financeirização, espetacularização e controle” (BOCAYUVA, 2013).

explicado o deslocamento de milhões de pessoas ao redor do mundo e, em parte, suas reivindicações por acesso, por inclusão e por direitos.

As formas espaciais de dominação e expansão do poder através de uma hierarquia de espaços com funções definidas pela divisão internacional do trabalho no mercado mundial, pela via da colonialidade, atravessaram a formação histórica das várias fronteiras. Os modos de mescla, hibridização e mobilização do trabalho vivo e do corpo da periferia acompanharam os movimentos migratórios do Norte para o Sul, do Sul para o Norte, do Oriente para o Ocidente, e pelas várias lógicas de fluxos, de caravanas, de êxodos e de fugas forçadas por guerras, crises econômicas e perseguições religiosas, raciais, étnicas etc., que se intensificaram em novas linhas e tensões de fronteiras e competição entre lugares ao longo do século XX (BOCAYUVA, 2013).